

Celso Pinto



O aperto brasileiro

Economia - Porcel

WASHINGTON — A Petrobrás, considerada o melhor risco brasileiro no mercado internacional, perdeu US\$ 400 milhões em linhas comerciais de curto prazo depois da moratória russa. É o exemplo mais expressivo do tamanho do problema brasileiro. Com enormes reservas de petróleo, que valem dólares, mesmo na crise da dívida dos anos 80 a Petrobrás não teve grandes dificuldades em manter seus créditos comerciais.

O mercado está absolutamente avesso a riscos, os créditos sumiram e o Brasil está no centro das dúvidas. Daí a razão para a discussão do pacote de apoio ao Brasil envolver os bancos privados internacionais.

O vice-presidente do Citibank, William Rhodes, confirmou à coluna que existem duas idéias em discussão, em relação ao Brasil. Uma delas seria os bancos garantirem a manutenção de linhas de crédito. Outra, absorverem uma emissão de bônus brasileira usando recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento como garantia de parte do pagamento. As conversas, contudo, ainda não são conclusivas.

Um banqueiro disse que os bancos privados estão estudando usar o volume de recursos que eles tinham emprestado no Brasil em 30 de junho como referência. Eles se comprometeriam a manter o total constante, ou seja, rolar as linhas de crédito existentes. Os dados de referência seriam os do BIS (Bank for International Settlements), o banco central dos bancos centrais.

Não é uma tarefa simples, dada a quantidade de bancos envolvidos e a diversidade dos créditos, mas já foi feito, com sucesso, com a Coréia. Quanto ao uso de garantias do BID e do Bird, ele levanta algumas dúvidas.

Teme-se que os bancos possam simplesmente trocar dívidas antigas, sem garantias, por dívidas novas, com garantias, sem necessariamente aumentar o volume de crédito para o país. Nos dois casos, sempre há o risco de alguns bancos se aproveitarem da situação para sair mais facilmente do Brasil.

O governo vem tratando com cautela essa questão. O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, insiste: o que o Brasil quer "é a normalização do mercado internacional". Ele traça um paralelo com as crises do México de 94 e da Ásia em 97 para apostar na recuperação do mercado voluntário em alguns meses. Pode ser, mas poucos ousam prever algo parecido e, de todo modo, o Brasil acabou colhido numa crise de confiança que precisará resolver.

O próprio Franco admite que existem idéias sendo examinadas para ver como engajar os bancos privados num esquema de apoio ao Brasil. Sabe-se que o Tesouro americano é um firme defensor desta idéia.

O formato do programa de ajuste com o FMI já está virtualmente acertado, dizem fontes bem informadas. Apesar de o diretor do FMI, Michael Mussa, ter defendido a hipótese de uma aceleração da desvalorização cambial, também este ponto estaria acertado: o sistema de câmbio fica como está.

Muito mais complicado está colocar de pé a linha de apoio do Tesouro americano e dos países do G-7. Há informações de que o Japão teria indicado sua disposição de colocar algo entre US\$ 5 bilhões e US\$ 8 bilhões numa linha de crédito de apoio à América Latina. O Japão acaba de anunciar uma linha de US\$ 30 bilhões para apoiar a Ásia.

A Espanha pode colocar US\$ 3 bilhões, mas os europeus em geral, e os alemães, em particular, não demonstram entusiasmo com a idéia americana. O Tesouro acabará entrando, mas há enormes problemas políticos. Todo o quadro sugere que o novo mecanismo de apoio preventivo, sugerido pelo presidente americano, Bill Clinton, é algo que ainda pode levar bastante tempo para ficar de pé.

O Brasil não tem tempo. Nas contas do diretor da Goldman Sachs em Nova Iorque, Paulo Leme, sem ajuste fiscal e apoio externo, o Brasil pode perder mais US\$ 21 bilhões até o fim do ano. O déficit em conta corrente seria de US\$ 9,5 bilhões, as amortizações de US\$ 10 bilhões (dos quais US\$ 3 bilhões seriam recompras de dívidas de empresas via câmbio flutuante). Mais US\$ 10 bilhões sairiam da renda fixa e das bolsas. As únicas entradas seriam US\$ 5,3 bilhões de investimentos diretos e US\$ 3 bilhões de privatizações e aquisições.

O Brasil fecharia o ano com US\$ 26,5 bilhões de reservas. Como isso seria inviável, a crise chegaria antes. Para evitar esse cenário, é preciso uma "mudança de regime fiscal", como diz Franco, a ser anunciada nos próximos dias, e um pacote externo. Se será suficiente para recuperar a confiança, "só o mercado dirá", como disse o ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore, num seminário. "Se não for, a solução é aumentar a dose do mesmo remédio."